

O LIVRO COMO OBJETO DE ESTUDO DA NOVA HISTÓRIA CULTURAL: SUBSÍDIOS TEÓRICO METODOLÓGICOS

Humberto Rafael de Andrade Silva
Pós-Graduação em História - UFRPE
humbertorafael5329@gmail.com
Luiz Adriano Lucena Aragão
Pós-Graduação em História - UFRPE
adriano_lucena@hotmail.com

RESUMO

O estudo aqui apresentado pretende mostrar quais os referenciais teóricos estão postos a serem usados por pesquisadores que tenham como fonte de estudo os livros. A pesquisa tem caráter inicial. E neste primeiro momento apresentou um quadro teórico e historiográfico que tentou compreender a formação do campo teórico, a metodologia da história da leitura e os aspectos culturais atrelados ao consumo de leitura. A relevância deste trabalho diz respeito à percepção da construção do campo de estudo da leitura e do livro. Percebeu-se a partir desta pesquisa que o mencionado campo de estudo é relativamente recente e se difundiu com nomenclaturas diferenciadas em várias partes do mundo. A história dos livros procura entender como as ideias são transmitidas através do textos e como o contato com literatura escrita vem influenciando o comportamento da humanidade.

Palavras-chave: Leitura, Livro, Historiografia, História Cultural.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo nasce de aspectos teóricos comuns que puderam ser enxergados nas pesquisas em andamento realizadas no programa de pós-graduação em História da UFRPE que colocam o livro como objeto de estudo da história cultural, uma vez que os trabalhos estão inscritos dentro do nicho de associação de conceitos historiográficos à narrativa dos livros.

O objetivo deste escrito é apresentar de forma ainda inicial quais os referencias teórico metodológicos que são postos para aqueles que utilizam o livro como objeto de pesquisa. Para atingir este objetivo fez-se um percurso temporal e historiográfico buscando compreender a

formação do campo teórico, a metodologia da história da leitura e os aspectos culturais atrelados ao consumo de leitura.

O artigo aborda as questões que perpassam a história da leitura para mostrar como os referencias teóricos são postos para o estudo do livro enquanto objeto de pesquisa. Nesse contexto, será discutido a ideia de representação como um campo de estudo que permite perceber os pensamentos e discursos produzidos nos livros. Dando continuidade ao texto, focaremos na história do livro, no surgimento do campo de estudo e da leitura como consumo cultural.

2. SURGIMENTO DO CAMPO DE ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O pensamento no século XIX foi fortemente influenciado pelas ciências experimentais, inspiradas no pensamento cartesiano do século XVII. Essas ciências procuravam a formulação de modelos de entendimento que objetivavam a aferição das leis gerais pelas quais era regida a natureza, o chamado paradigma naturalista.

Inspirados pelo crescente desenvolvimento das ciências nesse período, e desejosos de atribuir status cientifico à história, alguns grupos de historiadores procuraram a formulação de leis gerais de entendimento da sociedade, corrente de pensamento nomeada como positivismo. No campo das ciências, temos duas influências fundamentais nesse sentido: o pensamento positivista de August Comte (1798-1895) e a publicação do livro *A Origem das Espécies*, do naturalista britânico Charles Darwin (1809-1892).

Já em meados do século XIX, Wilhelm Dilthey defendia que, a história teria por tarefa compreender as formas de vida humanas em seu próprio tempo, os sentidos psicológicos das ações humanas e os sentimentos. Sua obra de destaque é o livro *Introdução às ciências humanas*, em que propõe uma separação radical entre as ciências naturais, preocupadas com as formas de entendimento universalizante da sociedade, e as ciências hermenêuticas, preocupadas com o estabelecimento dos significados da experiência humana.

As dimensões do pensamento humano até então desprezadas começaram a ser levadas em conta na virada do século XIX para o XX. O inconsciente como fator formador da cultura em outros campos científicos, como a obra do psicanalista Sigmund Freud que vai defender a grande influência possuída pelo inconsciente na constituição da cultura.

Aliado à nova percepção em relação à relevância do inconsciente como dimensão formadora da cultura, temos o surgimento de uma corrente de intelectuais nos domínios da

etnologia e antropologia que procuraram tratar as representações simbólicas na cultura de povos antigos.

Esse processo de separação entre as ciências humanas e naturais e abordagem progressiva do inconsciente em vários campos de estudo das ciências sociais, incluindo a história, ensejou sua abertura temática no final do século XX. Frente a proposta de análise racional da vida, a nova abordagem trouxe uma reflexão sobre a importância da subjetividade através da contribuição da psicanálise e da etnologia.

Dialeticamente, os caminhos da razão a partir da especulação científica levaram ao resgate de dimensões não propriamente racionais do inconsciente. Dois exemplos são as abordagens da psicanálise e da antropologia a respeito do sujeito e dos mecanismos de construção cultural. Essas investidas psicanalíticas e antropológicas foram alheias aos historiadores em sua prática por muito tempo (CHARTIER, 2009).

Existe, nesse momento, uma rejeição dos velhos modelos de entendimento da realidade com base apenas na objetividade visível, embora esta não seja total. Há uma aposta na transdisciplinaridade, na ligação com outros campos de conhecimento, promovendo a construção de novos pressupostos teóricos.

O imaginário social trabalha sobre a linguagem e é sempre representação, não existindo sem a imaginação. É uma construção de sentido a partir da aferição possível da realidade que utilizamos para nos orientarmos no mundo. Está ligado a construção subjetiva pela qual enxergamos a realidade a partir de nosso arcabouço cultural (PESAVENTO, 1995).

Os discursos sobre o real são na verdade uma representação simbólica do mesmo. Esta é constituída a partir de um processo de ressignificação das condições objetivas da realidade sensível e o estabelecimento de uma conformação lógica sobre os mesmos (RUSEN, 2015). As representações podem ser utilizadas para estratégias de interesse e manipulação. As coisas ditas, pensadas e expressas podem ser ressignificadas visando o estabelecimento de relações de sentido predeterminadas. Essa função do imaginário, assim como a construção desse sentido é indispensável a existência da própria sociedade (PESAVENTO, 1995, p. 16).

O real, ou pelo menos o grau de realidade que conseguimos atingir a partir da aferição sensível e sobre o qual se dão os processos de significação, se dá através do estabelecimento de um regime de “idealidade” em que vemos no mundo. Esse regime opera de forma a nos fornecer parâmetros sensíveis de interpretação, sem que mergulhemos no relativismo extremo, e para que possamos conhecer as visões que formulamos desse mesmo mundo a partir das quais surgem os juízos. O imaginário é a aparição de um mistério, de algo ausente que se evoca pela imagem do discurso profundamente necessário à construção e manutenção das sociedades.

> A rigor, todas as sociedades ao longo da história produziram suas próprias representações globais: **trata-se da elaboração de um sistema de ideias-imagens de representação coletiva mediante o qual elas se atribuem uma identidade, estabelecem suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros** (PESAVENTO, 1995, p. 16, grifo nosso).

Os grupos humanos, em um impulso inato, procuram elaborar sistemas de ideias que legitimem a si mesmos e seus modelos de sociedade. Essas ideias são necessárias para que, a partir da inculcação pelos indivíduos, sirvam de fundamentos para a orientação das projeções de futuro das sociedades em cada tempo. Os elementos de aferição sensível desse universo simbólico tratados no presente estudo são os livros didáticos, mais precisamente o acervo de imagens que compõem o PNLD 2012. O estudo se enquadra, portanto, dentro do campo da história cultural. Para o entendimento da influência das publicações impressas da formação da cultura entendemos como pertinente uma breve incursão sobre a história dos livros.

3. NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DOS LIVROS

Primeiramente, cumpre realizar uma rápida reflexão sobre a história da leitura até a contemporaneidade. O contato com o texto escrito no remonte quase que aos primórdios da humanidade. Nos convêm, no objetivo de ilustrar os impactos da facção e circulação de textos nos grupos humanos, retomar o contexto histórico dessa relação a partir dos primeiros tempos da impressão por tipos.

Desde a Idade Média até a primeira metade do século XVIII verifica-se na Europa uma prática de leitura intensiva. Esta é caracterizada pela leitura de poucos um número elevado de vezes. Essa característica da relação com os textos ocorria em razão da dificuldade de acesso aos mesmos. Esses, quando existiam, se tratavam geralmente da própria Bíblia e de outros textos religiosos que eram geralmente lidos em voz alta e em grupos organizados em locais característicos para esse fim.

Essa situação se inverteu gradualmente desde a segunda metade do século XVIII até o XIX, quando podemos enxergar uma grande circulação de textos de leituras efêmeras como jornais e periódicos (DARNTON, 2010; CHARTIER, 1995; 2009). Segundo Darnton (2010) a leitura não evoluiu somente na direção da extensividade, ela assumiu muitas formas e funções nos diversos contextos sociais através das épocas. O historiador reconhece, no entanto, que a partir do final do século XVIII começa a existir uma quantidade maior de literatura circulando para um crescente número de leitores, que atinge grandes proporções no século XIX.

Esses avanços se devem em grande parte à inovação técnica associada a produção de publicações escritas, como por exemplo, o desenvolvimento da produção mecânica de papel, os prelos a vapor, a composição por tipos, etc. Aos fatores técnicos se soma à alfabetização. No Brasil podemos verificar essa situação de disseminação dos textos, que caminha de forma

conjunta com a institucionalização do ensino, questão que será explorada mais adiante neste estudo. Todas essas transformações abriram novas possibilidades, não por diminuir a intensividade, mas por aumentar a variedade (DARNTON, 2010).

A cultura material envolvida no processo da leitura não pode deixar de ser considerada para o entendimento da forma como se deu esse processo em cada tempo, ela é integrada pelos objetos que compõem os contextos onde se lê, como, por exemplo o mobiliário e as roupas. Outra fonte pertinente são as pinturas, no entanto deve-se levar em conta que as mesmas são representações da realidade à luz da visão do artista e não devem ser tomadas de forma literal (DARNTON, 2010, p. 182).

Para as populações do início da Idade Moderna na Europa, a leitura era entendida como uma atividade social, ocorrendo nos mais diversos ambientes. Darnton (2010) destaca que algumas dessas publicações (os jornais de Pernambuco na época do Império, por exemplo) possuíam termos e formatação expressamente feita para ser lida. Nesse contexto temporal a leitura privada se dava para as poucas pessoas que tinham condições de comprar livros, muitas dessas faziam parte de clubes de leitura. Os clubes consistiam em reuniões sociais para a leitura de qualquer publicação que se quisesse, alguns livreiros das províncias adaptavam suas livrarias com mesas e cadeiras confortáveis para fixação destes clubes, onde os mesmos recebiam uma taxa de manutenção.

Apesar de todos os esforços dos mais variados campos científicos, não foi criado ainda um método para compreender a forma como se dá a construção de sentido através da leitura de forma geral. A causa principal deste problema é de que cada grupo humano em cada tempo tem sua relação com a cultura escrita mediada pelo seu contexto sociotemporal.

Antes do século III os livros eram estruturados em formato de rolo (volumén). A página só existirá como unidade textual no século III ou IV D.C. Dentro da página o texto é estruturado em linhas, onde se distribui da esquerda para a direita, e parágrafos. O formato do livro em Códice leva a vantagem de o texto pode ser melhor compartimentado e sumarizado, o que dá a leitura mais dinamicidade.

O autor defende que o advento da impressão por tipos não tem o caráter revolucionário para a cultura escrita que a historiografia costuma defender. No contexto temporal de surgimento do livro impresso predominou a influência do volume manuscrito. As publicações impressas que existiam nos primeiros cinquenta anos de produção do impresso procuravam imitar o volume manuscrito (DARNTON, 2010, p. 199), contudo não se pode negar a disseminação dessa técnica para a difusão da cultura letrada (DARNTON, 2010, p. 201). A

técnica de produção, assim como o volume e o processo de venda são questões igualmente relevantes a serem tratadas para a visão livros didáticos na atualidade.

4. SURGIMENTO E DISSEMINAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

Esse campo de estudo relativamente recente que se difundiu com nomenclaturas diferenciadas em várias partes do mundo. A história dos livros busca "[...] entender como as ideias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e o comportamento da humanidade nos últimos quinhentos anos" (DARNTON, 2010, p. 123). Surgiu de uma convergência de problemas de diferentes campos de estudo relacionados ao entendimento dos processos de comunicação através do escrito. Profissionais de várias áreas passaram a entender "o livro como uma força na história" (DARNTON, 2010, p. 124).

A vertente recebeu forte influência dos Annales socioeconômicos tanto no viés quantitativista, a partir da necessidade de organização de alguns dados de forma quantitativa visando a formulação de tendências, quanto da sua inclinação para as camadas mais baixas da sociedade. Ainda podemos detectar uma influência do marxismo quanto a temporalidade, onde as produções geralmente ocorrem na longa duração.

Apesar da existência de produções sobre o livro em períodos mais recuados, a definição teórica e metodológica dessa vertente se deu a partir da abertura temática ensejada pelos Annales. Tendo como horizonte a longa duração, começaram a surgir produções que intencionavam formular conclusões gerais sobre a influência dos livros em diferentes períodos temporais e espaços.

A história do livro se popularizou desde as primeiras produções no final do século XX com o crescimento do número de produções nas mais diversas áreas. Identificamos que estudos que abrangem problemas similares, muitas vezes exibem resultados contrários aos objetos que se quer investigar (DARNTON, 2010, p. 125). Apresentando um caminho possível contra a fragmentação teórica do campo em face a todas as ciências que tem o mesmo como comum, o historiador Robert Darnton propõe um modelo de análise para a esse tipo de história a partir do entendimento do livro enquanto produto de um circuito cultural

> Este pode ser descrito como um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se não é o livreiro que assume esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor. O leitor encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição. Os próprios autores são leitores. Lendo e se associando a outros leitores e escritores, eles formam noções de gênero e estilo, além de uma ideia geral do empreendimento literário, que afetam seus textos (DARNTON, 2010, p.125).

Segundo o Darnton, essa abordagem cíclica seria um método eficaz do entendimento da rede de influências que o livro engendra e que ao mesmo tempo o influencia em qualquer

contexto possível. Pensar a o livro a partir do seu circuito de produção permite considerar desde as influências da produção material na facção final de cada volume, até seu alcance do ponto de vista ideológico da influência da reprodução de suas ideias em novas publicações.

Focando seus estudos no início da era moderna, Darnton argumenta que a atenção à técnica de produção das publicações é uma forma eficaz para o entendimento do modo de vida das camadas sociais menos abastadas. Considerando o livro didático hoje como produto de um circuito cultural poderíamos considerar esse aspecto técnico para abordar questões diversas. Ressaltando que a percepção do circuito cultural teria de ser adaptada aos fatores considerados na contemporaneidade, como por exemplo a influência das industrias privadas e do estado, a intencionalidade das agências de fomento internacionais no financiamento desse tipo de programa educacional, a divulgação comercial nos processos de escolha destas publicações, etc.

A história dos livros aborda a produção autoral em interface com outros setores de seu meio social (DARNTON, 2010). Chama atenção a consideração de Darnton (2010) de que os autores também são leitores. Tanto nas publicações no início da era moderna quanto na atualidade não se pode deixar de considerar o arcabouço cultural de cada autor que escreve baseado tanto em suas experiências pessoais, quanto no contato com a cultura escrita de sua época. Efetua uma construção de sentidos através da leitura, a partir dos estímulos do mundo exterior, inclusive das obras que lê. É a representação constituída pelo autor que constitui matéria para a reprodução do ciclo. Como forma de solucionar estes problemas com um rigor metodológico razoável, os historiadores do livro geralmente optam por se debruçarem em apenas um segmento desse circuito. É nesse sentido que vamos orientar a presente pesquisa, onde procuramos perceber as representações contidas no discurso das imagens sobre história afrobrasileira nas coleções do PNLD 2012 de história para o Ensino Médio.

O modelo do circuito pode ser aplicado à qualquer período temporal, devendo, dentro da perspectiva da história cultural, ser abordado sempre em relação aos aspectos relacionais mais próximos, que influenciam naquele que é estudado (DARNTON, 2010, p. 126). O método de tratamento da história dos livros deve operar em escala internacional e de forma transdisciplinar, objetivando compreender das nuanças dos circuitos de comunicação e influência cultural do livro em cada tempo (DARNTON, 2010).

5. ABORDAGENS METODOLÓGICAS DA HISTÓRIA DA LEITURA

A história da leitura possui metodologias próprias que levam em conta as formas possíveis de recuperar a historicidade da construção de sentido da leitura pelo o público em cada época. Darnton (2010) divide os estudos desse público em duas formas de abordagem:

macro e microanalítica.

O método macroanalítico se desenvolveu principalmente na França e foi grandemente influenciado pela tradição da história social quantitativa. Essa abordagem permite uma resposta eficaz aos problemas circunscritos na longa duração. Ao mesmo tempo possui problemas que partem da forma de consideração dos dados na longa duração. Quanto maior o recorte aumenta a dificuldade de circunscrição de categorias de análise em face do grande número de documentos e fatos a considerar, assim como a mudança de costumes, mentalidades, etc (DARNTON, 2010, p. 173)**.**

Na abordagem microanalítica identificamos o problema oposto, o detalhismo excessivo o que permite formular com alguma segurança somente conclusões extremamente especificas (DARNTON, 2010). Outro problema dos resultados da abordagem microanalítica é que seus resultados frequentemente se contradizem. Ambas abordagens apresentam o mesmo problema nas conclusões dos estudos em suas respectivas escalas temporais, de reunião e ordenamento das fontes (DARNTON, 2010, p. 179). Entendemos nosso estudo como uma abordagem microanalítica uma vez que nosso objeto são as imagens constantes nas 19 coleções de livros didáticos de história do PNLD 2012 para o ensino médio.

6. LEITURA COMO CONSUMO CULTURAL

A atividade da leitura é fundamentalmente uma prática de consumo cultural uma vez que ocorre uma apropriação do texto por aquele que lê, por apropriação entende-se uma construção de significados a partir do ato de leitura. Esse tipo de consumo é influenciado diretamente por aparatos de coerção social que definem a tipologia da demanda.

Tratando do perfil do consumidor cultural de leitura na França, Certeau (2008) argumenta que o advento da indústria cultural implicou no surgimento de um novo tipo de consumidor. Um indivíduo caracterizado pela sua inconstância e incapacidade de mudar o rumo do consumo individualmente. Outra característica do consumo cultural francês é a de não ser socialmente disseminado (CERTEAU, 2008, p. 260).

Com o surgimento e disseminação da cultura de massas, o consumo seria progressivamente diminuído graças a consolidação dos meios de divulgação em larga escala, como por exemplo os jornais e manuais didáticos, e sua característica de inculcação dos valores condicionantes dos espaços de consumo cultural. Esses meios de divulgação de largo acesso reproduzem um discurso de conformação das práticas culturais a partir de valores previamente determinados, que nem sempre se reduzem ao consumo propriamente dito.

> No século XVIII, a ideologia das Luzes queria que o livro fosse capaz de reformar a sociedade, que a vulgarização escolar transformasse os hábitos em costumes, que uma

> elite tivesse com seus produtos, se a sua difusão cobrisse todo o território, o poder de remodelar toda a nação. Este mito da Educação inscreveu uma teoria do consumo nas estruturas da política cultural. **Sem dúvida, pela lógica do desenvolvimento técnico e econômico que mobilizava, essa política foi levada até ao sistema atual que inverte a ideologia ontem preocupada em difundir as "luzes". Os meios de difusão agora ganham a primazia sobre as ideias veiculadas, o meio toma o lugar da mensagem** (CERTEAU, 2008, p. 261, grifo nosso).

O Iluminismo foi uma corrente ideológica no século XVIII que acreditava na disseminação da razão a partir da difusão dos meios de consumo cultural, levando a mudança de hábitos de costumes, universalização da crítica e mudança da cultura em uma perspectiva mais ampla. Essa ideia Iluminista é a raiz das estruturas estatais de consumo cultural, porém, , essa estrutura de difusão cultural foi desvirtuada com a propagação da cultura de massas pela sua política econômica.

A cultura de massas possui hoje uma abrangência global. Seus aparatos de coerção e de conformação social que funcionam de forma consolidada empreendendo uma política tecnicista nas práticas educativas e de consumo cultural. Essa atuação dos meios de coerção consiste no esvaziamento da dimensão ética da educação (CERTEAU, 2008). O público é moldado a partir das estruturas de conformação do consumo cultural a partir da linguagem da mensagem transmitida, que Certeau chama de inscrição. Uma das marcas desse movimento de tecnicização é a implantação de estruturas normatizadas de ensino, que preconizam, a formação para trabalho.

O problema que Certeau coloca é o esvaziamento das relações intersubjetivas que permeavam os modos de aprendizagem antes da disseminação do tecnicismo nas políticas de consumo cultural. Esse tecnicismo que produz consumidores com saberes cada vez mais compartimentados.

A análise da influência desses aparatos de coerção feita por Certeau revela um público "passivo, "informado", tratado e sem papel histórico (CERTEAU, 2008, p.292). Esse consumo é feito de forma inerte, fruto do que o autor vai chamar de cegueira técnica, privilegia produtores em detrimento de consumidores. "Recusando o "consumo", tal como foi concebido e (naturalmente) confirmado por essas empresas de "autores" (CERTEAU, 2008, p. 262).

Certeau (2008) argumenta que a leitura é uma atividade fundamental dentro da dinâmica de consumo cultural na atualidade. Essa importância se dá uma vez que a sociedade na contemporaneidade é cada vez mais organizada a partir de modelos escritos, os textos. Tal a universalidade dessa forma de entendimento da sociedade que o autor chega a afirmar que a mesma é par do binômio produção-consumo.

Segundo D.F. Mackenzie (2004), os textos podem ser entendidos não somente como dados a partir de signos verbais, mas como qualquer construto de sentido, independentemente

de sua matéria. Fundamentalmente todo o texto pode ser lido, e a leitura se configura em um ato de produção autônoma de sentido.

> Analises recentes mostram que "toda leitura modifica o seu objeto", que "uma literatura difere de outra menos pelo texto que pela maneira como é lida", e que enfim um sistema de signos verbais ou icônicos é uma reserva de formas que esperam do leitor o seu sentido. Se portanto "o livro é um efeito (uma construção) do leitor", deve-se considerar a operação deste último como uma espécie de *lectio,* propução própria do "leitor". Este não toma nem um lugar de autor. Inventa nos textos outra coisa que não era a intenção deles. Destaca-os de sua origem (perdida ou acessória). Combina os seus fragmentos e cria algo não sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações (CERTEAU, 2008, p. 265).

Considerando a definição de texto que colocarmos acima, devemos ter em mente que qualquer sistema se signos, verbal ou icônico, espera do leitor o seu sentido. O leitor possui a possibilidade de produção no texto de um significado que originalmente não era o pretendido pelo mesmo. Ele não toma o lugar do autor, apenas encontra nos textos uma proposição de significado possível que resolve adotar dentre outros milhares.

Os modelos políticos de consumo cultural também são textos, assim como toda e qualquer concepção de cultura. E como textos, os modelos políticos e culturais, assim como as formas de pensamento, estão sujeitos a reescritas. Esses processos de reescrita são sempre iniciados por grupos detentores das instâncias de poder (CERTEAU, 2008). Certeau coloca que a generalização da escrita em uma sociedade anteriormente oral, provocou uma série de mudanças estruturais na sociedade.

Toda a base social que estava fixada na oralidade vai passar aos códigos escritos. Colocando em alguns exemplos de como a mudança dos códigos orais aos escritos afetou as estruturas da sociabilidade humana, podemos citar a substituição do costume pela lei abstrata, ou das autoridades tradicionais pelo estado, essas mudanças marcam os inícios de um processo de autonomização do indivíduo.

A escola atua no sentido de juntar as duas competências: a leitura e a escrita. Essas competências estiveram separas até um bom trecho do século XIX. Certeau (2008) argumenta a relevância da mestiçagem dos modelos oral e escrito no ensino. Leitura e escrita são atividades diversas mesmo que possuam uma interface comum. Afinal, somente uma memória oral permite o enriquecimento de estratégias de interrogação que são afinadas pela decifração de um escrito.

Segundo Certeau (2008), o sentido do escrito se coloca a partir da operação de significação que tem como base o conjunto de experiências sociais do indivíduo. Ela também esta sujeita a relações de poder. Essas relações estão presentes nas interações mais diversas, inclusive dentro do consumo cultural. Sua utilização em alguns contextos onde se atribui ao livro uma aura de sagrado, serve como instrumento de distinção social de uma classe especifica.

> Deste ponto de vista, o sentido "literal" é o sinal e o efeito de um poder social, o de uma elite. **Oferecendo-se a uma leitura plural, o texto se torna uma arma cultural, uma reserva de caça, o pretexto de uma lei que legitima, como "literal", a interpretação de profissionais e de clérigos *socialmente* autorizados** (CERTEAU, 2008, p. 267, grifo nosso).

O autor exemplifica da história da religião O sentido do escrito é sempre definido a partir de disputas de poder entre diversos grupos. A imposição de sentidos a partir de diputas de poder em ambito político e instituicional tem como função o cerceamento dessa liberdade que existe a partir do escrito. Ele compara à época anterior à reforma, quando haviam leituras do texto biblico que se impunham sobre as demais, com a atualidade, quando as reportagens de televisão e rádio isolam seus leitores do acontecimento. A partir desse isolamento se dá uma indução de determinada leitura da história.

> A leitura ficaria então situada na conjunção de uma estratificação social (das relações de classe) e de operações poéticas (construção do texto por seu praticante): uma hierarquização social atua para conformar o leitor à "informação" distribuída por uma elite (ou semi-elite): as operações de leitura trapaceiam com a primeira insinuando sua inventividade nas brechas de uma ortodoxia cultural (CERTEAU, 2008, p. 268, grifo nosso).

Apesar do forte aparato de coerção social que os grupos de poder exercem sobre a leitura ainda existe no ato de ler uma margem à interpretação. A liberdade de interpretação do texto sempre possui uma força de escape em relação à influencia que as instâncias que atuam na imposição desses significados possa exercer. Essa autonomia depende do contexto das relações sociais em que vive o leitor e onde o mesmo vai buscar a significação dos textos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No discorrer deste artigo abordou-se de forma sucinta o processo de separação entre as ciências humanas e naturais e como as dimensões do pensamento humano antes desprezadas começaram a ser levadas em conta na virada do século XIX para o XX. A abordagem do inconsciente progressiva em vários campos de estudo das ciências sociais foi fruto da abertura temática no final do século XX. Frente a proposta de análise racional da vida, a nova abordagem trouxe uma reflexão sobre a importância da subjetividade através da contribuição da psicanálise e da etnologia.

Percebe-se que nesse momento existe uma rejeição dos velhos modelos de entendimento da realidade com base apenas na objetividade visível, embora esta não seja total. Há uma aposta em novos pressupostos teóricos, na transdisciplinaridade, na ligação com outros campos de conhecimento. Verificou-se a partir de novos pressupostos teóricos que as coisas ditas, pensadas e expressas passaram a ser ressignificadas permitindo o estabelecimento de relações de sentido predeterminadas.

No campo da leitura foi realizada uma reflexão sobre a história da leitura e mostrou-se como o consumo da escrita foi feito desde os tempos remotos. Gradualmente aumentou a circulação dos textos de leituras a partir da segunda metade do século XVIII até o XIX, nesse período que verificou-se uma grande circulação de textos de leituras efêmeras como jornais e periódicos

O mais importante é perceber que esse campo de estudo da leitura e do livro é relativamente recente e se difundiu com nomenclaturas diferenciadas em várias partes do mundo. Como vimos a história dos livros procura entender como as ideias são transmitidas através do textos e como o contato com literatura escrita vem influenciando o comportamento da humanidade. Novos campos e novos estudos poderão surgir a partir desse entendimento relacionado aos processos de comunicação através do escrito.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D.'Assunção. **A Nova História Cultural–considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos**-DOI: 10.5752/P. 2237-8871.2011 v12n16p38. Cadernos de História, v. 12, n. 16, p. 38-63, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Zahar, 2002.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARTIER, R. Do livro à leitura. In: ___. **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. Cap. 3, p. 77-105. Tradução de Alcir Pécora.

DARNTON, R. Primeiros passos para a história da leitura. In: ___. **O Beijo de Lamourette:** mídia, cultura e revolução. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Cap. 8.

MACKENZIE, D. F. Bibliography and the sociology of texts. In: ___. **Bibliography and the sociology of texts**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.